


# MACROECONOMIA BRASILEIRA E DESENVOLVIMENTO REGIONAL (2014–2024): UMA ANÁLISE DOS INDICADORES DE CRESCIMENTO, INFLAÇÃO E MERCADO DE TRABALHO NA REGIÃO DE PLANEJAMENTO CENTRO-SUL DO CEARÁ

Luiz Fabiano Alves da Silva[1]; Janiele de Brito de Souza[2]; Jamile Saraiva de Almeida[3]

**Resumo:** Este resumo expandido apresenta resultados de um projeto de Iniciação Científica da Universidade Regional do Cariri (URCA) e investiga como as mudanças da economia brasileira entre 2014 e 2024 se refletiram no crescimento, nos preços e no emprego formal dos treze municípios da Região de Planejamento Centro-Sul do Ceará. A pesquisa é aplicada e quanti-qualitativa, com procedimentos bibliográficos, documentais e ex-post-facto, e usa dados secundários do IBGE, do Banco Central do Brasil e do Ministério do Trabalho e Emprego. As séries foram deflacionadas pelo IPCA, convertidas em números-índice com base em 2014 e comparadas nas escalas nacional e municipal, com cálculo da taxa média geométrica de crescimento (CAGR). A análise se apoia na Teoria dos Polos de Crescimento, na Causação Circular Cumulativa e no desenvolvimento endógeno. No país, o período reúne a recessão de 2015-2016, o ajuste fiscal, a pandemia e uma retomada com juros altos, movimentos que chegam à região com atraso e intensidade próprios. Em 2015, o produto real regional caiu mais que o dobro do nacional; em 2020, cresceu cerca de 4,8% enquanto o país recuava, mas o emprego formal ficou 17,6% abaixo de 2014; e, em 2022, a região ainda recuava enquanto o país crescia 3,0%. Entre 2014 e 2023, o PIB regional subiu 82% em valores correntes, mas só 0,87% ao ano em termos reais, de modo que cerca de nove décimos da expansão oficial vêm da alta de preços. Em 2024, o emprego formal estava apenas 3,2% acima de 2014. A concentração permanece alta: Iguatu responde por 38,51% do produto e por 48,25% do emprego formal, mas cresce pouco, enquanto municípios menores, como Ipaumirim, Saboeiro e Quixelô, têm os maiores CAGRs, nem sempre com mais emprego formal. Conclui-se que a conjuntura nacional repercute de forma desigual no território, reforça as diferenças entre os municípios e pede políticas regionais diferenciadas. O trabalho contribui ao reunir, em uma base comum, dados hoje dispersos sobre produção, preços e emprego formal no semiárido cearense.

**Palavras-chave:** Assimetria territorial. Semiárido. Emprego formal. Causação circular cumulativa. PIB municipal.

## Introdução

Entre 2014 e 2024, a economia brasileira passou pelo ciclo mais instável de sua história recente: a recessão de 2015 e 2016 (Bonelli; Veloso, 2016), um longo ajuste fiscal, o choque da pandemia em 2020 e uma retomada marcada por juros altos. Esses choques, porém, não chegam do mesmo jeito a todo o território. Regiões com pouca diversidade produtiva, muita dependência de transferências públicas e trabalho informal sentem mais a queda e demoram mais a se recuperar. Assim, uma crise nacional acaba aprofundando as desigualdades regionais (Bellingieri, 2017).

A Região de Planejamento Centro-Sul do Ceará, no semiárido, reúne essas características, mas ainda é pouco estudada. A literatura costuma separar as análises da conjuntura nacional dos estudos de desenvolvimento regional, que vão dos polos de crescimento de Perroux (1955) e da Causação Circular Cumulativa de Myrdal (1957) ao desenvolvimento endógeno retomado por Lima (2019) e raramente chegam aos municípios. Os dados existem, mas estão espalhados em fontes e unidades diferentes. Por isso, esta pesquisa objetiva, de maneira central, reunir as trajetórias nacional e municipal em uma base comum

[1] Universidade Regional do Cariri, email: fabiano.alves@urca.br
[2] Universidade Regional do Cariri, email: janiele.brito@urca.br
[3] Universidade Regional do Cariri, email: jamile.saraiva@urca.br

para investigar como as mudanças da economia brasileira entre 2014 e 2024 se refletiram no crescimento, nos preços e no emprego formal dos treze municípios da região.

Além desta introdução, o trabalho apresenta a metodologia, com as fontes e os cálculos usados; os resultados, que comparam primeiro as escalas nacional e regional e depois os municípios entre si; e a conclusão, que retoma os principais achados e aponta caminhos para políticas e pesquisas futuras.

**Metodologia**

A pesquisa é aplicada, quanti-qualitativa e exploratório-descritiva, combinando pesquisa bibliográfica, documental e ex-post-facto, com uso de estatística descritiva e interpretação teórica (Gil, 2008). O referencial articula a Teoria dos Polos de Crescimento, de Perroux (1955), segundo a qual cidades maiores podem impulsionar o crescimento das áreas vizinhas; a Causação Circular Cumulativa, de Myrdal (1957), que explica como regiões inicialmente favorecidas tendem a ampliar suas vantagens; e o desenvolvimento endógeno, de Lima (2019), fundamentado em Celso Furtado, que enfatiza o aproveitamento dos recursos e potencialidades do próprio território. A conjuntura nacional é analisada a partir de estudos sobre a crise brasileira recente e as políticas econômicas dos diferentes governos.

O estudo trabalha com duas escalas. A nacional usa séries do IBGE (Contas Nacionais Trimestrais, IPCA e PNAD Contínua) e do SGS do Banco Central. A regional cobre os treze municípios da Região de Planejamento Centro-Sul do Ceará (Acopiara, Baixio, Cariús, Catarina, Cedro, Icó, Iguatu, Ipaumirim, Jucás, Orós, Quixelô, Saboeiro e Umari), com o PIB dos Municípios, disponível até 2023, e os vínculos formais da RAIS e do CAGED. Como não há dados municipais de informalidade, usou-se a proporção de ocupados informais do Ceará. Por usar apenas dados públicos, a pesquisa dispensou o Sistema CEP/CONEP.

O PIB municipal, divulgado a preços correntes, foi deflacionado pelo IPCA. Sobre as séries reais, calcularam-se as variações anuais e a taxa média geométrica de crescimento (CAGR):

$$CAGR = [(Vf / Vi)^{(1/n)} – 1] \times 100$$

em que Vf e Vi são os valores final e inicial e n é o número de anos. A CAGR mostra quanto a série cresceu, em média, a cada ano. Para comparar indicadores em unidades diferentes, as séries foram convertidas em números-índice com base em 2014, o ano de referência: a variação "no ano" compara cada ano com o anterior, e a "acumulada" compara cada ano com 2014. Os limites do desenho são o fim da série municipal em 2023, o uso do IPCA nacional como deflator e o caráter descritivo da análise, que mostra associações, e não causas.

**Resultados e Discussão**

A Tabela 1 compara as duas escalas: a direção dos movimentos é a mesma, mas a intensidade e o momento mudam. Na crise de 2015, a região caiu mais que o dobro do Brasil. Em 2020, ocorreu o contrário: enquanto o país recuou 3,3%, o PIB regional cresceu 4,8%, possivelmente sustentado pelas transferências emergenciais. Porém, o emprego formal caiu 8,9%, atingindo o menor nível da década, 17,6% abaixo de 2014. A recuperação foi tardia, chegando à região apenas em 2023. O Gráfico 1 evidencia ainda a diferença entre crescimento nominal e real: entre 2014 e 2023, o PIB corrente aumentou 82%, mas o produto real cresceu apenas 8,0%, enquanto os preços acumularam alta de 68,5% e o emprego formal, 9,5%.

**Tabela 1 –** Conjuntura nacional e indicadores da Região de Planejamento Centro-Sul do Ceará (2014-2024)

| Ano | PIB Brasil (%) | PIB real região (%) | IPCA (%) | Selic (%) | Emprego formal (vínculos) | Var. emprego (%) |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 2014 | 0,5 | - | 6,41 | 10,96 | 32.903 | - |
| 2015 | -3,5 | -8,06 | 10,67 | 13,47 | 31.807 | -3,33 |
| 2016 | -3,3 | -3,07 | 6,29 | 14,18 | 30.220 | -4,99 |
| 2017 | 1,3 | +1,85 | 2,95 | 10,15 | 30.430 | +0,69 |
| 2018 | 1,7 | +1,14 | 3,75 | 6,58 | 29.727 | -2,31 |
| 2019 | 1,2 | +3,56 | 4,31 | 5,94 | 29.744 | +0,06 |
| 2020 | -3,3 | +4,83 | 4,52 | 2,79 | 27.110 | -8,85 |
| 2021 | 4,8 | +1,36 | 10,06 | 4,42 | 31.109 | +14,75 |
| 2022 | 3,0 | -2,24 | 5,79 | 12,43 | 31.433 | +1,04 |
| 2023 | 3,2 | +9,35 | 4,62 | 13,20 | 36.014 | +14,57 |
| 2024 | 3,4 | n.d. | 4,83 | 10,84 | 33.958 | -5,71 |

Fonte: elaboração própria com base em IBGE (IPCA, Contas Nacionais Trimestrais e PIB dos Municípios), Banco Central do Brasil (SGS) e RAIS/CAGED (MTE).

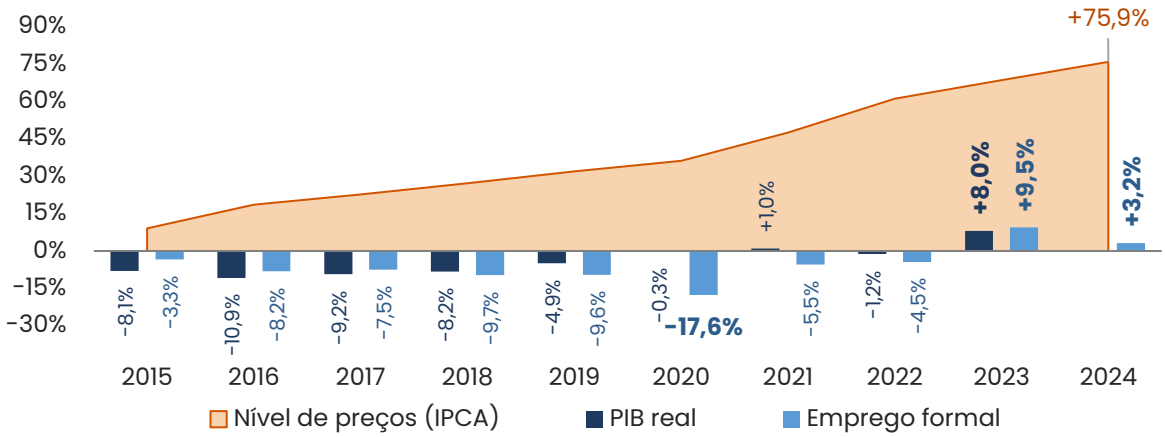
Em 2015–2016, a recessão, a inflação e os juros elevados foram agravados pela perda de produtividade do trabalho e do capital (Bonelli; Veloso, 2016). O ajuste posterior incluiu o teto de gastos (EC nº 95/2016) e a reforma trabalhista (Lei nº 13.467/2017), associada à maior flexibilização e vulnerabilidade dos trabalhadores (Galvão et al., 2019). A partir de 2019, essa trajetória se aprofundou no neoliberalismo radical, marcado pela privatização e pela flexibilização como fins em si mesmos (Araujo, 2025). Em 2020, a pandemia levou a medidas emergenciais e, em 2023, juros reais próximos de 8% limitaram crédito, consumo e investimento (Oreiro, 2025), afetando emprego e produção regional.

O emprego formal revela dinâmica semelhante: após duas quedas e duas recuperações, a região encerrou 2024 com apenas 3,21% mais vínculos que em 2014. No Ceará, a informalidade, que variou entre 24,5% e 28,5% dos ocupados, apresentou movimento inverso ao emprego formal. Destaca-se a intensidade da retomada, sobretudo em 2021 e 2023, quando os vínculos cresceram bem acima do produto (Tabela 1), sugerindo a formalização de postos de trabalho já existentes. Em 2022, o emprego também avançou apesar da queda da produção, enquanto a redução dos vínculos em 2024 evidencia a fragilidade dessa recuperação.

A Tabela 2 mostra que a média regional esconde trajetórias bem diferentes. Iguatu perdeu quase cinco pontos de participação no PIB regional e teve crescimento real levemente negativo, mas aumentou sua fatia no emprego formal, que chegou a quase metade da região. Ou seja, sua economia se apoia mais na administração pública, no comércio e nos serviços do que na produção. Pela Teoria dos Polos de Crescimento, de Perroux (1955), a cidade maior deveria puxar o crescimento das vizinhas. Em Iguatu isso não acontece: o polo concentra funções e recursos, mas não espalha produção pelo entorno (Bellingieri, 2017).

Municípios menores, como Ipaumirim, Saboeiro e Quixelô, registraram os maiores CAGRs, indicando expansão de atividades locais, embora parte do resultado decorra do efeito de base. Esse desempenho se aproxima do desenvolvimento endógeno, baseado no aproveitamento de recursos e atividades locais. Apesar disso, a desconcentração foi limitada: a participação dos três maiores municípios no PIB caiu apenas de 68,13% para 65,12%, sugerindo que a redução da concentração ocorreu mais pela estagnação do polo do que pelo avanço dos demais municípios.

**Gráfico 1 –** Preços, produto real e emprego formal na Região Centro-Sul do Ceará: variação acumulada desde 2014 (%)




Fonte: elaboração própria, a partir de IBGE (IPCA e PIB dos Municípios) e RAIS/CAGED (MTE, 2024).

**Tabela 2 –** PIB real e emprego formal por município da Região Centro-Sul do Ceará (2014-2024)

| Município | Part. PIB 2014 (%) | Part. PIB 2023 (%) | CAGR do PIB real (%) | Part. emprego 2024 (%) | Var. do emprego 2014-2024 (%) |
|---|---|---|---|---|---|
| Iguatu | 43,35 | 38,51 | -0,46 | 48,25 | +4,57 |
| Icó | 14,76 | 15,20 | +1,18 | 12,24 | -18,99 |
| Acopiara | 10,02 | 11,41 | +2,31 | 8,57 | +7,65 |
| Jucás | 5,28 | 6,42 | +3,08 | 4,40 | -15,93 |
| Orós | 5,15 | 4,41 | -0,87 | 5,33 | +65,75 |
| Cedro | 4,99 | 5,00 | +0,87 | 4,57 | +12,63 |
| Quixelô | 3,25 | 3,97 | +3,12 | 2,71 | -4,66 |
| Cariús | 3,21 | 3,78 | +2,70 | 1,46 | -45,24 |
| Catarina | 2,70 | 2,50 | -0,01 | 2,84 | +23,12 |
| Saboeiro | 2,56 | 3,14 | +3,22 | 2,73 | +1,87 |
| Ipaumirim | 2,36 | 3,07 | +3,84 | 4,30 | +91,61 |
| Umari | 1,23 | 1,40 | +2,30 | 1,32 | +2,27 |
| Baixio | 1,12 | 1,19 | +1,50 | 1,26 | +11,75 |
| **Região** | 100,00 | 100,00 | +0,87 | 100,00 | +3,21 |

Fonte: elaboração própria com base em IBGE, PIB dos Municípios (2024) e RAIS/CAGED (MTE, 2024).

O cruzamento do CAGR do PIB com a variação do emprego (Tabela 2) mostra que apenas seis municípios cresceram simultaneamente em produção e emprego formal: Ipaumirim, Acopiara, Saboeiro, Umari, Cedro e Baixio, com destaque para Ipaumirim. Jucás, Icó, Quixelô e Cariús aumentaram a produção, mas perderam vínculos, enquanto Orós e Catarina ampliaram o emprego sem crescimento correspondente do produto real. Essas diferenças persistentes aproximam-se da Causação Circular Cumulativa de Myrdal (1957), pela qual vantagens estruturais favorecem alguns municípios, enquanto outros permanecem mais dependentes do setor público. Nesse contexto, salários públicos e transferências ajudam a sustentar a renda diante da retração da economia privada (Alves Filho, 2013).

**Conclusão**

Entre 2014 e 2024, a conjuntura macroeconômica brasileira repercutiu de forma desigual na Região Centro-Sul do Ceará, com choques mais intensos em economias pouco diversificadas e recuperação tardia. O crescimento nominal do PIB foi impulsionado sobretudo pela inflação, enquanto o emprego formal encerrou o período próximo ao nível de 2014. Nos municípios, Iguatu concentrou produção e emprego, mas apresentou baixo crescimento, enquanto localidades menores registraram expansão mais acelerada, nem sempre acompanhada pela geração de empregos formais.

A concentração de produção e emprego em Iguatu evidencia um polo nos termos de Perroux (1955), mas com limitada difusão do crescimento, enquanto a persistência das desigualdades se aproxima da Causação Circular Cumulativa de Myrdal (1957). O desempenho dos municípios menores sugere potencial de desenvolvimento endógeno (Lima, 2019), embora o crescimento nem sempre gere inclusão. Esse cenário demanda políticas diferenciadas conforme a estrutura produtiva e a dependência do setor público. A pesquisa contribui ao integrar dados de produção, preços e emprego formal em um único painel e aponta, como perspectivas, estudos de caso nos municípios mais dinâmicos e a construção de um deflator regional aproximado.

**Referências**

ALVES FILHO, Mansueto. Federalismo fiscal e desenvolvimento regional no Brasil. In: BOUERI, Rogério; COSTA, Marco Aurélio (org.). **Brasil em desenvolvimento 2013**: Estado, planejamento e políticas públicas. Brasília: Ipea, 2013. v. 1, p. 81-102.

ARAUJO, Victor Leonardo de. A economia brasileira sob o governo Bolsonaro (2019-2022): neoliberalismo radical e pragmatismo econômico. **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**, n. 71, p. 77-110, jan./abr. 2025.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Sistema Gerenciador de Séries Temporais (SGS):** taxa de juros Selic. Brasília: BCB, 2025.

BELLINGIERI, Julio Cesar. Teorias do desenvolvimento regional e local: uma revisão bibliográfica. **Revista de Desenvolvimento Econômico**, Salvador, ano 19, v. 2, n. 37, p. 6-34, ago. 2017.

BONELLI, Regis; VELOSO, Fernando. **A crise de crescimento do Brasil**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2016.

BRASIL. **Emenda Constitucional nº 95, de 15 de dezembro de 2016**. Institui o Novo Regime Fiscal. Brasília, DF: Presidência da República, 2016.

BRASIL. **Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017**. Altera a Consolidação das Leis do Trabalho e legislação correlata. Brasília, DF: Presidência da República, 2017.

GALVÃO, Andréia; CASTRO, Bárbara; KREIN, José Dari; TEIXEIRA, Marilane Oliveira. Reforma trabalhista: precarização do trabalho e os desafios para o sindicalismo. **Caderno CRH**, Salvador, v. 32, n. 86, p. 253-269, maio/ago. 2019.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA):** série histórica. Rio de Janeiro: IBGE, 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua):** informalidade da população ocupada. Rio de Janeiro: IBGE, 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Produto Interno Bruto dos Municípios.** Rio de Janeiro: IBGE, 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Sistema de Contas Nacionais Trimestrais:** taxa de variação do PIB. Rio de Janeiro: IBGE, 2025.

LIMA, Luiz Cruz. Desenvolvimento endógeno: uma releitura a partir da obra de Celso Furtado. **Cadernos do Desenvolvimento**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 24, p. 51-71, jan./jun. 2019.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. **Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) e Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED):** estoque de vínculos formais por município. Brasília: MTE, 2024.

MYRDAL, Gunnar. **Economic theory and under-developed regions**. London: Gerald Duckworth & Co., 1957.

OREIRO, José Luis. Uma análise da economia no governo Lula 3. **Le Monde Diplomatique**, 1 jul. 2025.

PERROUX, François. Note sur la notion de pôle de croissance. **Économie Appliquée**, Paris, t. 8, n. 1-2, p. 307-320, 1955.